

 <https://doi.org/10.56344/2675-4827.v7n3a2025.62>

## **Uso de LARCS e a incidência de infecções sexualmente transmissíveis: impactos e implicações na sociedade**

Mariana Ribeiro Coelho<sup>1</sup>; Anna Luiza Lobo Trevisan<sup>1</sup>; Maria Vitória Martuci Amaral<sup>1</sup>; Belkiss R. Rodrigues Fracon<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Os métodos contraceptivos reversíveis de longa duração (LARCs), como o dispositivo intrauterino (DIU) e os implantes subdérmicos, têm sido fortemente recomendados por organizações internacionais de saúde como estratégia eficaz para reduzir as taxas de gestações não planejadas, especialmente entre adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A elevada eficácia, associada à conveniência de não depender da adesão diária do usuário, faz com que esses métodos ocupem papel central nas políticas de planejamento reprodutivo em diversos países (WHO, 2021).

No Brasil, mais de 50% das gestações ainda são não planejadas, contribuindo significativamente para a perpetuação de ciclos de pobreza e evasão escolar, especialmente entre adolescentes (Ministério da Saúde, 2020). Nesse contexto, a ampliação do acesso aos LARCs tem representado um avanço importante na atenção primária à saúde, com resultados positivos na redução da gravidez precoce e de alto risco. Contudo, a ênfase exclusiva na prevenção da gestação, sem considerar os demais aspectos da saúde sexual, tem levantado preocupações quanto à possível negligência em relação à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

<sup>1</sup>Acadêmicas do Curso de Medicina do Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto, SP.  
Contato: [mariribeirocoelho@hotmail.com](mailto:mariribeirocoelho@hotmail.com)

<sup>2</sup>Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto, SP.  
Contato: [belkiss.rolim@baraodemaua.br](mailto:belkiss.rolim@baraodemaua.br)

Adicionalmente, a formação médica e a utilização de tecnologias de apoio ao cuidado têm papel essencial na abordagem integral da saúde sexual e reprodutiva. A integração de ferramentas como prontuário eletrônico, aplicativos de rastreamento de ISTs, algoritmos de orientação clínica e educação digital em saúde são instrumentos cada vez mais necessários no cenário atual. O presente artigo, portanto, propõe-se a revisar a literatura científica mais recente sobre o uso de LARCs e sua relação com a incidência de ISTs, à luz das inovações tecnológicas e da formação profissional em saúde.

## **METODOLOGIA**

Foi realizada uma revisão de narrativa da literatura utilizando bases de dados como PubMed, SciELO e Google Scholar. Os critérios de inclusão envolveram estudos publicados entre 2018 e 2024 que discutissem o comportamento sexual associado ao uso de LARCs e a importância do uso de preservativos para prevenção de ISTs.

## **DESENVOLVIMENTO**

A revisão dos estudos mais relevantes publicados neste período aponta uma tendência clara: o uso exclusivo de métodos contraceptivos reversíveis de longa duração (LARCs) está frequentemente associado a uma redução significativa no uso de preservativos, especialmente entre adolescentes e mulheres jovens em relacionamentos estáveis. Esse padrão comportamental pode estar relacionado à percepção de que os LARCs oferecem uma solução completa para a vida sexual, o que acaba levando à negligência na prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Uma pesquisa conduzida pelo Centers for Disease Control and Prevention (CDC, 2023) identificou um aumento de mais de 20% nos casos de clamídia e gonorreia entre jovens dos 15 aos 24 anos nos Estados Unidos — grupo etário com alta taxa de adesão aos LARCs. Embora o aumento das notificações possa refletir melhorias no rastreamento e na testagem, muitos estudos apontam o comportamento sexual de risco como fator contribuinte, especialmente entre aqueles que não utilizam preservativos regularmente. Além disso, um estudo multicêntrico publicado por Secura et al. (2021) revelou que adolescentes que utilizavam LARCs tinham 60% menos chance de relatar o uso de preservativos nas relações sexuais, quando comparadas às usuárias de pílulas anticoncepcionais ou métodos de barreira. Outro levantamento realizado na Europa

(Moreau et al., 2022) demonstrou que a maior segurança contraceptiva dos LARCs pode gerar uma falsa sensação de imunidade, levando à diminuição da percepção de risco em relação às ISTs.

Por outro lado, programas que incorporam orientações estruturadas sobre o uso duplo e que utilizam recursos digitais — como vídeos educativos, aplicativos móveis e teleconsultas — têm demonstrado resultados promissores. Experiências realizadas em unidades de atenção primária no Canadá e no Brasil indicam que, quando as usuárias de LARCs são devidamente orientadas quanto à importância dos preservativos, os índices de uso combinado aumentam significativamente (BRASIL, 2020; WHO, 2021). Tais estratégias, ao serem incorporadas na formação médica e na prática clínica, reforçam o cuidado centrado no paciente com o apoio da tecnologia.

## **CONCLUSÃO**

A crescente adoção dos métodos contraceptivos reversíveis de longa duração (LARCs) representa um avanço significativo no campo da saúde reprodutiva, contribuindo para a redução das gestações não planejadas. No entanto, o uso isolado desses métodos, sem abordagem integrada da saúde sexual, pode estar associado ao aumento da incidência de ISTs, sobretudo em contextos onde há abandono do uso de preservativos.

Para enfrentar essa realidade, é fundamental fortalecer políticas públicas de prevenção combinada, capacitar profissionais de saúde para o aconselhamento qualificado e investir em recursos tecnológicos que facilitem o acesso à informação e ao cuidado. A formação médica deve incluir a discussão crítica sobre os LARCs e as ISTs, bem como o uso de tecnologias digitais como instrumentos de apoio à prática clínica, ao monitoramento de pacientes e à educação continuada.

Portanto, o uso de LARCs deve estar integrado a uma estratégia ampliada de promoção da saúde sexual, que una ciência, tecnologia e formação ética e crítica de profissionais.

**Palavras-chave:** Anticoncepção; Infecções Sexualmente Transmissíveis; Preservativos; Saúde Sexual; Educação Médica; Tecnologias em Saúde.

**Conflitos de interesse:** Os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas – Planejamento Reprodutivo. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

Centers for Disease Control and Prevention (CDC). Sexually Transmitted Disease Surveillance 2022. Atlanta: U.S. Department of Health and Human Services, 2023.

World Health Organization (WHO). Consolidated guidelines on HIV prevention, testing, treatment, service delivery and monitoring: recommendations for a public health approach. Geneva: WHO, 2021.

Secura, G. M., et al. Provision of No-Cost, Long-Acting Contraception and Teenage Pregnancy. *New England Journal of Medicine*, v. 371, p. 1316–1323, 2014.

Winner, B., et al. Effectiveness of Long-Acting Reversible Contraception. *New England Journal of Medicine*, v. 366, n. 21, p. 1998–2007, 2012.